

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 390.239 - PR (2013/0292600-8)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MAERSK LINE
ADVOGADO : KASTILIANE DA SILVA PALUDO E OUTRO(S) - PR042087
AGRAVADO : ITAÚ XL SEGUROS CORPORATIVOS S/A
ADVOGADOS : PAULO CÉSAR BRAGA MENESCAL - PR016523
WAGNER CARDEAL OGANAUSKAS E OUTRO(S) - PR021820

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por MAERSK LINE contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fl. 382):

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. SEGURO DE MAQUINÁRIO, TRANSPORTADO POR VIA MARÍTIMA. AVARIAS EM MÁQUINA CORTADEIRA COM FUNÇÃO DE VINCO. PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. INCONFORMISMO FORMALIZADO. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA. MANUTENÇÃO DO PRAZO TRIENAL PREVISTO NO ARTIGO 206, § 3º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MÉRITO. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. MATÉRIA UNICAMENTE DE DIREITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 417-426.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação aos arts. 8º do Decreto Lei 116/67, 2º. § 2º, do Decreto 4.657/42, 732 do CC, além do art. 269, IV, do CPC/73 , ao argumento, entre outros, que "(...) o prazo prescricional do Decreto-Lei 116/67 aplica-se especificamente às reparações civis decorrentes de falta ou avaria de carga em conexão com transporte realizado por via marítima, enquanto que o prazo fixado no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil aplica-se a pretensões de reparação civil decorrentes de situações indeterminadas (...)". (fl. 482)

Contrarrazões às fls. 566-589.

É o relatório. Decido.

De início, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com*

Superior Tribunal de Justiça

fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

O recurso em apelo não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 8º do Decreto Lei 116/67, 2º. § 2º, do Decreto 4.657/42, 732 do CC, além do art. 269, IV, do CPC/73, a recorrente sustenta que, nos casos de ação de reparação em razão de avarias ou danos à carga a ser transportada via marítima, o prazo prescricional seria anual. Por sua vez, o TJ-PR, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que prescreve em três anos a ação de reparação civil. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 388-390):

"Da prejudicial de prescrição.

A apelante invoca o disposto no artigo 449 do Código Comercial para sustentar o advento da prescrição.

Dispunha aquele artigo:

(...)

Pois bem.

Os documentos acostados ao caderno processual dão conta de que toda a transação foi travada no ano de 2008, ocasião em que o Novo Código Civil já estava em vigor.

Observe-se que o artigo 2.045 de referido diploma dispõe:

(...)

A revogação incidiu sobre os artigos 10 a 456 do Código Comercial; neste cariz, o artigo 449, invocado pelo apelante, estava revogado já no momento de constituição do vínculo entre as partes.

Diante disso, devida a aplicação do artigo 206 §3º do Código Civil.

Tecidas tais considerações, e considerando a aplicabilidade do artigo 206 §3º inciso V do Código Civil, resta afastado o advento do instituto da prescrição no caso em análise.

Em remate, mister salientar que a aplicação da Lei nº. 9.611/98, faz-se nos casos onde o transporte se caracteriza por duas ou mais modalidades de transportes, diferente do presente caso, que trata de uma única modalidade de transporte contratada. Assim, dispõe o artigo 2º da referida Lei:

(...)

A apelante foi contratada para o transporte das mercadorias seguradas pela apelada, por uma modalidade única de transporte, qual seja, pela via marítima.

Assim, não guarda qualquer relação o transporte multimodal de

cargas regido pela legislação equivocadamente invocada pela apelante com o tipo de transporte contratado para o caso presente.

Dessa forma, vinga o disposto no artigo 206, § 3º, V, do atual Código Civil, que dispõe que prescreve em 3 (três) anos a ação de reparação civil. (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que, nos termos do art. 8º do Decreto-Lei 116/1967, é de um ano o prazo para a prescrição da pretensão indenizatória, no caso das ações por extravio, falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga a ser transportada por via d'água nos portos brasileiros. Nessa linha de intelecção, confirmam-se os seguintes precedentes:

"RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE MARÍTIMO. PRESCRIÇÃO ANUA. APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI 116/1967 E SÚMULA 151 DO STF. CARGA AVARIADA. RESPONSABILIDADE DAS DEPOSITÁRIAS. AÇÃO DO SEGURADOR SUBROGADO PARA RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS.

1. Nos termos do art. 8º do Decreto-Lei 116/1967, é de um ano o prazo para a prescrição da pretensão indenizatória, no caso das ações por extravio, falta de conteúdo, diminuição, perdas e avarias ou danos à carga a ser transportada por via d'água nos portos brasileiros.

2. A Súmula 151 do STF orienta que prescreve em um ano a ação do segurador subrogado para haver indenização por extravio ou perda de carga transportada por navio.

3. A seguradora sub-roga-se nos direitos e ações do segurado, após o pagamento da indenização securitária, inclusive no que tange ao prazo prescricional, para, assim, buscar o ressarcimento que realizou.

4. Recurso especial provido."

(REsp 1278722/PR, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 29/06/2016 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGAS. AVARIAS. RESPONSABILIDADE CIVIL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO MERCANTIL. PRAZO PRESCRICIONAL ANUAL.

1. Inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, pois a empresa seguradora não pode ser considerada consumidora.

2. No caso de o contrato de transporte não constituir relação de consumo, firmou-se a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que é de 1 (um) ano o prazo prescricional para propositura de ação pelo segurador sub-rogado contra transportadora para ressarcimento pela perda/avaria da carga.

3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO."

(AgRg no REsp 1481134/RS, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/02/2015, DJe 27/02/2015 - grifou-se)

No caso, verifica-se que o Tribunal de origem destoou do entendimento desta Corte, aplicando, ao caso, o prazo prescricional trienal (art. 206, §3º, V, do CC), motivo pelo qual o apelo especial merece provimento.

Todavia, ao observar o acórdão recorrido, nota-se que não há elementos fáticos para a delimitação do termo inicial, de modo que não há como decretar a prescrição, sendo impositivo o retorno dos autos da origem para que se proceda a análise nos termos da jurisprudência do STJ.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, para que se proceda o julgamento nos termos da jurisprudência do STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator